

Empresários apóiam presidencialismo

SÃO PAULO — Os líderes empresariais de São Paulo firmaram documento, ontem, no qual defendem a manutenção do sistema presidencialista de governo e propõem uma alteração nos trabalhos da Constituinte, no sentido de que seja definida toda a legislação complementar antes da votação sobre a duração do mandato presidencial. A mudança do sistema de governo, ainda segundo o documento, somente poderá ser feita "através de ampla consulta popular", para que não se repitam os erros cometidos no passado.

A posição foi tomada na noite de terça-feira, na casa do Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi, em reunião do Fórum Informal de Empresários, formado pelos principais dirigentes patronais de São Paulo. O documento final só não contou com a aprovação de um dos presentes, o Presidente da Bolsa de Valores, Eduardo da Rocha Azevedo, que continua defendendo eleições gerais este ano.

Além de Trussardi e Azevedo, participaram do encontro o empresário

Mário Amato, Presidente da Fiesp; Flávio Telles de Menezes, Presidente da Sociedade Rural Brasileira; Benedito Dario Ferraz, Presidente da Federação das Empresas de Transporte Rodoviário Sul e Centro-Oeste do Brasil; Fábio Meirelles, Presidente da Federação da Agricultura de São Paulo, e Paulo de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo.

Durante a reunião, que se estendeu até as 23h30m, os empresários paulistas chegaram à conclusão de que há decisões extremamente importantes a serem tomadas neste momento pelos Constituintes e que estão sendo deixadas a cargo da legislação complementar. Para eles, somente após essas definições — incluindo as da Ordem Econômica — é que os Constituintes deveriam examinar a questão do mandato presidencial. Do contrário, eles temem que o País possa ser obrigado a enfrentar um período de dificuldades, sobretudo na órbita das questões econômicas. A crise resultante, se-

gundo eles, poderia ter proporções totalmente "imprevisíveis".

— Na prática, isso equivale a desajar cinco anos para o Presidente Sarney — comentou Trussardi, que foi escolhido como porta-voz do grupo.

No documento, os empresários reconhecem o "caráter soberano da Assembléia Nacional Constituinte" e afirmam considerar "tão indesejável quanto perigoso, a essa altura da vida nacional, o confronto entre os Poderes Executivo e Legislativo".

Sobre as eleições, afirmam que a escolha do futuro Presidente da República "deve ser a consequência, não a causa, dos debates constitucionais".

No tocante à mudança do sistema de governo, os empresários paulistas lembram o passado, para explicar a necessidade de uma ampla consulta popular: "Nas eleições passadas, essa questão nunca esteve em pauta nas plataformas dos candidatos a deputado e senador, o que impediu que o assunto fosse convenientemente discutido com a sociedade".

Albano admite negociação envolvendo Ordem Econômica

BRASÍLIA — O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco (PMDB-SE), afirmou ontem que, de acordo com consultas a diversos setores, os empresários estão dispostos a participar de uma ampla negociação, envolvendo classe política e Governo, em torno da aprovação do parlamentarismo, com cinco anos de mandato para o Presidente Sarney, no caso de impasse sobre a matéria. A negociação incluiria um acordo sobre dispositivos da Ordem Econômica e, segundo Albano, os setores ouvidos apóiam o nome do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para o cargo de Primeiro-Ministro, a partir de janeiro de 1989.



Albano: Economia sem gesso

O Senador disse que, de acordo com o levantamento feito pela CNI, cerca de 70 por cento do empresariado nacional são presidencialistas. No entanto, aceitariam perfeitamente um sistema parlamentar de governo

Estado, conceito de empresa nacional e mineração.

Segundo o Presidente da CNI, esta posição foi praticamente acertada na última reunião da União Brasileira dos Empresários (UBE) e se fortaleceu ao longo da semana, em diversos contatos que os principais setores empresariais vêm mantendo acerca de um eventual impasse na Constituinte, ou seja, o surgimento do "buraco negro" (falta dos 280 votos exigidos para aprovação ou rejeição) na votação do sistema de governo.

Albano Franco disse que grande parte dos dispositivos aprovados até agora pela Assembléia tem ampla receptividade no setor. Mas algumas matérias — a jornada de trabalho em turnos de revezamento, fixada em seis horas, e a questão da greve — estão preocupando os empresários, que esperam modificações durante o segundo turno de votações.

que "não engessasse a economia", isto é, que contivesse no Título da Ordem Econômica dispositivos mais liberais em relação à intervenção do

Votação do sistema só começa segunda-feira

BRASÍLIA — A Constituinte começa a votar segunda-feira o sistema de governo. A programação inicial previa a votação deste tema até sexta-feira, mas houve atraso na votação do Capítulo do Poder Legislativo e o Presidente Ulysses Guimarães decidiu não convocar sessões para o final de semana, pela possibilidade de esvaziamento do plenário e surgimento de novo "buraco negro" (inexistência dos 280 votos exigidos para aprovação ou rejeição). O Líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), além de outros líderes presidencialistas, também haviam solicitado o adiamento a Ulysses.

A preocupação de Ulysses foi ma-

nifestada pela manhã aos líderes partidários, numa reunião em que tentavam acordo sobre direito de greve para o funcionalismo público. Ele lembrou que, se não fosse encerrado hoje o Capítulo do Poder Legislativo, seria muito difícil manter o cronograma de votação, porque a definição sobre sistema de governo acabaria ocorrendo no sábado e domingo. No dia anterior, ele havia recebido o pedido de adiamento de Saldanha. Mas nenhum líder se manifestou sobre o assunto e Ulysses preferiu tomar uma decisão mais tarde, depois de analisar o andamento da sessão de ontem.

No início da votação, o Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), líder presidencialista, foi até a Mesa e solicitou a Ulysses o adiamento da votação para a próxima semana, com o argumento de que as sessões de sábado e domingo ficariam esvaziadas. O Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), parlamentarista, ficou aguardando uma decisão, mas concordava com a posição dos presidencialistas.

— Se não encerrar o Poder Legislativo amanhã, fica difícil, porque o sistema teria que ser votado sábado e domingo. E temos 60 destaques neste Capítulo. A votação vai até sexta.

Richa pede por regime parlamentar

BRASÍLIA — Reunidos na noite de terça-feira, na casa do Deputado Arthur da Távola, com o Senador José Richa, dez Constituintes fluminenses decidiram pedir ao Governador Moreira Franco que libere a bancada na votação de sistema de governo. A reivindicação será levada ao Governador pelo Coordenador da bancada, Deputado Flávio Palmier da Veiga. Moreira Franco é presidencialista e pelos quatro anos de mandato.

Arthur da Távola disse que os argumentos de Richa em favor do parlamentarismo não convenceram todos os presentes, mas vários teriam

manifestado intenção de acompanhar o Senador paraense. O Deputado Denisar Arneiro revelou ter informado Moreira Franco de que votará pelo parlamentarismo com cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney.

No plenário da Constituinte, o Deputado Victor Faccioni (PDS-RS), do grupo parlamentarista, admitiu ontem que já não está certo da vitória do sistema que defende. Citou, como exemplo, a bancada de seu partido, onde alguns votos, antes fiéis ao parlamentarismo, estão mudando para o presidencialismo mitigado.

Presidencialistas: vantagem de 65 votos

BRASÍLIA — Num levantamento feito junto a cada bancada, o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos autores da emenda presidencialista, constatou o apoio de 310 constituintes a este sistema de governo, contra apenas 245 parlamentaristas — ou seja, 65 votos de vantagem. Ele admite uma vantagem de 60 votos para o parlamentarismo na bancada do PMDB, mas a situação fica equilibrada com a vantagem de 73 votos para o presidencialismo no PFL. A vitória é assegurada nos pequenos partidos, onde o presidencialismo vence por 91 a 38 votos.

Na bancada do PMDB, os parlamentaristas garantiram o apoio de 163 constituintes, mas este número deverá chegar a 180, na avaliação do Líder do Partido na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS). Sobrariam, portanto, 120 votos para o presidencialismo, embora o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant Anna (PMDB-BA), afirme que este número chega a 135.

No PFL, o Líder da bancada, Deputado José Lourenço (BA), apurou 100 votos presidencialistas, 27 parlamentaristas e sete indecisos. Os dissidentes integram o grupo "Modernos", liderado pelos Deputados Jaime Santana (MA) e Saulo Queiroz (MS).

Nos pequenos partidos, o parlamentarismo obtem todos os votos do PCdoB, PCB e PSB (12), mais tres do PDC, 11 do PTB, 11 do PDS e um do PDT. O presidencialismo obtem os 16 votos do PT, os sete do PL, um do PMB, tres do PDC, 17 do PTB, 23 do PDS e 24 do PDT. No PDS, há ainda um monarquista (Cunha Bueno, SP) e um indeciso (Jorge Arbage, PA).

Certos da vitória, os presidencialistas estão fechados em torno da emenda Humberto Lucena/Vivaldo Barbosa, que prevê um sistema clássico, mas com o fortalecimento do Legislativo.

Ulysses não disputa se houver parlamentarismo com Sarney

LUIZ LANZETTA

O Deputado Ulysses Guimarães não será candidato a Primeiro-Ministro se o parlamentarismo for implantado no Governo Sarney. Mas se candidatará ao cargo se o sistema for adotado no Governo seguinte. Caso seja aprovado o presidencialismo com mandato de quatro anos para Sarney, Ulysses concorrerá este ano à Presidência da República.

É sobre estas duas hipóteses que o Presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB aceita conversar, como ficou provado terça-feira à noite, em sua casa, quando um grupo de amigos lhe fez uma série de abordagens nesse sentido, ao analisar o impasse sobre o sistema de governo.

Ulysses não aceitaria ser o Primeiro-Ministro ainda no decorrer do Governo Sarney, na hipótese de ser aprovada a proposta do



Ulysses: hipóteses para concorrer

parlamentarismo com cinco anos, com implantação do sistema a partir de janeiro. Ele acha que o sistema só funcionaria bem se o Chefe de Estado fosse alguém como, por exemplo, o ex-Governador de São Paulo Franco Montoro, candidato declarado à Presidência no parlamentarismo.